

COLONIALIDADE DO PODER E O PRECONCEITO LINGUÍSTICO

COLONIALIDAD DEL PODER Y PREJUICIO LINGÜÍSTICO

COLONIALITY OF POWER AND LINGUISTIC PREJUDICE

Neide Higino da Silva*

Universidade Federal do Rio de Janeiro

RESUMO: O objetivo deste artigo é revisitar o livro *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz*, de Marcos Bagno (2007) à luz da decolonialidade, a fim de observar como os mitos que estruturam o preconceito linguístico continuam funcionando para a manutenção de um conjunto de crenças que contribuem para legitimar a hierarquização das relações sociais no Brasil. Para isso, assumimos como referenciais teóricos Quijano (1999 [2000], 2005), Maldonado-Torres (2007), Garcés (2007) e Costa-Bernardino e Grosfoguel (2016). O livro tem mais de 20 anos, está na sua 56ª edição e continua sendo um convite à desmitificação do conceito colonial de língua: instituição homogênea, imutável e universal. Em função do papel desempenhado pela obra, estabelecemos uma comparação entre o discurso que a estrutura e as práticas decoloniais. Consideramos que o envolvimento de diferentes atores sociais é importante para o reconhecimento da diversidade linguística brasileira e, consequentemente, para uma educação linguística decolonial.

PALAVRAS-CHAVE: Preconceito Linguístico. Variação Linguística. Decolonialidade.

RESUMEN: El objetivo de este artículo es revisitar el libro *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz*, de Marcos Bagno (2007) a la luz de la decolonialidad, con el fin de observar cómo los mitos que estructuran el prejuicio lingüístico continúan funcionando para mantener un conjunto de creencias que contribuyen a legitimar la jerarquización de las relaciones sociales en Brasil. Para ello, tomamos como referentes teóricos a Quijano (1999 [2000], 2005), Maldonado-Torres (2007), Garcés (2007) y Costa-Bernardino y Grosfoguel (2016). El libro tiene más de 20 años, va por su edición 56 y sigue siendo una invitación a desmitificar el concepto colonial de lengua: una institución homogénea, inmutable y universal. Dependiendo del papel que juega la obra, establecemos una comparación entre el discurso que estructura y las prácticas descoloniales. Nosotros consideramos que la participación de diferentes actores sociales es importante para el reconocimiento de la diversidad lingüística brasileña y, en consecuencia, para una educación lingüística descolonial.

PALABRAS CLAVE: Prejuicio lingüístico. Variación lingüística. Descolonialidad

ABSTRACT: The aim of this article is to revisit the book *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz*, by Marcos Bagno (2007) in light of decoloniality, in order to observe how the myths that structure linguistic prejudice continue to function for maintaining a set of beliefs that contribute for legitimizing the hierarchical structure of social relations in Brazil. To this end, we take as theoreti-

* Atualmente é Professora da Rede Municipal do Rio de Janeiro. Doutora e Mestra em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: neidehigino@uol.com.

cal references Quijano (1999 [2000], 2005), Maldonado-Torres (2007), Garcés (2007) and Costa-Bernardino and Grosfoguel (2016). The book is over 20 years old, is in its 56th edition and continues to be an invitation to demystify the colonial concept of language: a homogeneous, immutable and universal institution. Given the role played by the work, we establish a comparison between the discourse that structures it and decolonial practices. We consider that the involvement of different social actors is important for the recognition of Brazilian linguistic diversity and, consequently, for a decolonial linguistic education.

KEYWORDS: Linguistic Prejudice. Linguistic Variation. Decoloniality

1 INTRODUÇÃO

Desejamos refletir sobre a importância da compreensão da língua como uma realidade sociocultural historicamente constituída, ou seja, que “[...] está diretamente relacionada com a diversidade seja das experiências históricas, seja das atividades sociais e culturais dos grupos humanos que se reconhecem como seus falantes” (Faraco; Zilles, 2017, p.31). Muito embora essa discussão não seja nova, as questões que subjazem a esse tema continuam vigorosamente em disputa. A imposição do conhecimento, como uma construção única, hegemônica e hierarquizante, nos impele a revisitar e a trazer uma análise sobre o assunto, sobretudo no contexto social brasileiro fortemente marcado pelo preconceito e pela intolerância.

Norteiam essa reflexão Quijano (2000, 2005), Maldonado-Torres (2007), Garcés (2007) e Costa-Bernardino e Grosfoguel (2016). Lançamos mão de Quijano (2000, 2005) e Costa-Bernardino e Grosfoguel (2016) por apresentarem análises e conceitos que nos permitem examinar os processos de hierarquização e assujeitamento cultural de ex-colônias europeias. Já Maldonado-Torres (2007) e Garcés (2007) expõem a estrutura subjetiva que assegurou a subalternidade dos não-europeus. Tendo em vista as tensões latentes relacionadas ao ensino da variação linguística na Educação Básica, recorremos à Foucault (1996, 2019), a fim de discutirmos a interdição desse tema nas aulas de língua portuguesa.

Após mais de 20 anos da primeira edição de *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz*, houve mudanças no ensino de língua materna. Segundo Bagno (2015), os temas variação linguística e preconceito linguístico estão presentes nos livros didáticos, em textos em que predominam o discurso pela diversidade linguística e contra o preconceito. Contudo, observa que não é dado aos assuntos a mesma importância que se dá ao ensino da doutrina gramatical. Realidade também descrita por Aguiar e Santos (2019) no dossiê *Ensino de língua portuguesa nas duas primeiras décadas do século XXI*.

Por isso, nos propomos a discutir a resistência de parcela da sociedade contra a orientação de ter a variação linguística como objeto de ensino na Educação Básica, como um eixo que atravesse as reflexões sobre linguagem nas aulas de língua materna. Embora a variação seja um dos pilares dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) (Brasil, 1998) e uma das Competências da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) (Brasil, 2017) para o ensino de língua portuguesa.

A interlocução entre o livro de 2007 e o programa da decolonialidade nos faz levantar a seguinte hipótese: o entendimento da língua como fenômeno sociocultural, constituído pela diversidade de falares, põe em foco a heterogeneidade e em xeque a “ideologia da língua-padrão/norma padrão” (Faraco; Zilles, 2017, p. 29), que tem servido de sustentação ao discurso discriminatório, ferramenta para alijar grupos historicamente marginalizados. Portanto, a assunção da variação linguística como um eixo do ensino de língua materna pode desnudar os aspectos históricos e políticos que estão por trás do conceito socialmente predominante de língua, além de apontar para uma prática pedagógica significativa para uma grande parcela da sociedade que utiliza “variedades estigmatizadas” (Bagno, 2015, p.13).

Entendemos que “Considerando o grau de rejeição social das variedades ditas populares, parece que o que nos desafia é a construção de toda uma cultura escolar aberta à crítica da discriminação pela língua e preparada para combatê-la [...]” (Zilles; Faraco, 2015, p. 9).

Para isso, dividimos o artigo em três partes. Na primeira, apresentamos os princípios da decolonialidade, de acordo com os autores supracitados. Na segunda, descrevemos e analisamos o texto estabelecendo as interseções entre o discurso de Bagno (2007) e a

interpretação da realidade do Sul Global desenvolvida pelos autores da decolonialidade. Na terceira, concluímos, expondo o por quê desses discursos convergirem e a importância deles na luta contra a colonialidade do poder.

Antes de iniciarmos a primeira secção, gostaríamos de esclarecer o motivo pelo qual demos preferência a 49^a edição do livro *Pre-conceito Linguístico* e não à 56^a. Intentamos recuperar o frescor da discussão, ainda presente na 49^a edição, no momento que ela se instituiu e se tornou um acontecimento, em termos foucaultianos, uma “irrupção de uma singularidade histórica” (Revel, 2005).

2 DECOLONIALIDADE

A decolonialidade é, para além de um projeto acadêmico, um convite à prática de dessacralização das estruturas e das instituições que constituem a colonialidade do poder, é a ruptura com o paradigma Ocidental que estabeleceu um padrão universal, hegemônico e racionalista para produção de bens materiais, culturais e para o estabelecimento das relações sociais (Quijano 2005, 1999 [2000]). Prática essa, convém destacar, “[...] que surgiu no momento em que o primeiro sujeito colonial do sistema mundo moderno/colonial reagiu contra os desígnios imperiais que se iniciou em 1492” (Bernadino-Costa; Grosfoguel, 2016, p.17).

Contudo, antes de apresentarmos o conceito de colonialidade do poder, proposto por Quijano (2005, 2000), ressaltamos que esse é um campo de conhecimento em disputa. Segundo Bernadino-Costa e Grosfoguel (2016), a teoria pós-colonial tem origem nas universidades britânicas e americanas e, inicialmente, não abarcou as discussões sobre colonialidade produzidas por diferentes intelectuais latino-americanos. Este silenciamento, entre outros fatores, provocou a reunião destes intelectuais em torno da decolonialidade.

Ao evitar o paradoxal risco de colonização intelectual da teoria pós-colonial, a rede de pesquisadores da decolonialidade lançou outras bases e categorias interpretativas da realidade a partir das experiências da América Latina. Em outras palavras, com essa iniciativa, parafraseando Chakrabarty (2000), busca-se não somente provincializar a Europa, mas também toda e qualquer forma de conhecimento que se proponha a universalização, seja o pós-colonialismo seja a própria contribuição decolonial a partir da América Latina. (Bernadino-Costa; Grosfoguel, 2016, p.16).

Entre as críticas que são feitas aos autores pós-coloniais, está a de assumirem o “mito da modernidade” criado pelos europeus, não problematizando as implicações que estão por trás dessa narrativa hegemônica que põe estes como criadores e protagonistas da modernidade. Outra diferença relevante entre as duas perspectivas teóricas, de acordo com Bernadino-Costa e Grosfoguel (2016), é a forma de analisarem as fronteiras da modernidade, ou seja, o lugar físico ou imaginário dos sujeitos coloniais. Enquanto as teorias pós-coloniais entendem o entrelugar como espaço de limites das ideias, o projeto decolonial o reconhece como espaço de formulação de conhecimentos dos sujeitos subalternos.

Salientamos que Bernadino-Costa e Grosfoguel (2016), ao se referirem à teoria pós-colonial, pluralizam a expressão, levando-nos a inferir que há diferentes abordagens assumidas por essa linha teórica. Em relação à decolonialidade, singularizam, conduzindo-nos à interpretação de que estamos diante de um paradigma epistemológico homogêneo, e a definem como um projeto, ou seja, formulações teóricas que têm consequências práticas. Contudo, segundo Santos (2018), entre os intelectuais latino-americanos, que compõem o grupo modernidade e colonialidade, há divergências. Haja vista o uso do termo decolonial. De acordo com a autora (2018), nos textos produzidos pelos autores desse grupo, há uma alternância entre o uso das palavras decolonial e descolonial, todavia, os efeitos de sentido são distintos:

Como se diferencia “descolonial e “decolonial”? Primeiramente, é relevante pontuar que as diferenciações postas por estes termos articulam-se como teóricas e políticas. O decolonial encontra substância no compromisso de adensar a compreensão de que o processo de colonização ultrapassa os âmbitos econômico e político, penetrando profundamente a existência dos povos colonizados mesmo após “o colonialismo” propriamente dito ter se esgotado em seus territórios.

O decolonial seria a contraposição à “colonialidade”, enquanto o descolonial seria uma contraposição ao “colonialismo”, já que o termo descolonización é utilizado para se referir ao processo histórico de ascensão dos Estados-nação após terem fim as administrações coloniais, como o fazem Castro Gómez e Grosfoguel (2007) e Walsh (2009). O que estes autores afirmam é que mesmo com a descolonização, permanece a colonialidade. (Santos, 2018, p. 3).

Considerando o exposto, assumiremos neste trabalho o termo *decolonial*, em função da práxis inerente ao conceito, e *colonialidade*, por revelar a estrutura que estabeleceu o colonialismo, mas que, ao seu término, ou seja, na independência dos territórios, “provou ser mais duradoura e estável” (Quijano, 2005, p. 117) e, portanto, mantenedora dos padrões de poder vigente.

2.1 COLONIALIDADE DO PODER

A colonialidade do poder é uma formulação, advinda de diferentes debates, sobre os fatores subjacentes às condições de subalternidade das populações dos países latino-americanos, anteriormente, colônias de nações europeias. A partir da análise das condições materiais, simbólicas e, por consequência, subjetiva e intersubjetiva em que se encontram os descendentes dos povos subjugados no processo de colonização, constata-se que há um fator essencial que mantém a estrutura do poder colonial, muito embora o colonialismo histórico tenha terminado: a racialização.

No que tange a origem desse conceito, Bernandino-Costa e Grosfoguel (2016, p.17) afirmam que

Sem utilizar precisamente o termo “colonialidade”, já era possível encontrarmos a ideia que gira em torno desse conceito em toda a tradição do pensamento negro. [...] Entretanto, a articulação desta ideia – já identificada com o conceito de colonialidade foi formulada de maneira explícita por Immanuel Wallerstein (1992). Na sequência, o conceito de Wallerstein foi retomado por Aníbal Quijano, que passou a nomeá-lo como colonialidade do poder.

Padrão de poder que tem, por eixo fundamental, a racialização de diferentes povos. Esse princípio passa a funcionar como mecanismo para classificar e naturalizar a hierarquização social; permite articular as diferentes formas de controle do trabalho e imprime um padrão de produção de conhecimento.

Na América, a idéia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova id-entidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da idéia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas idéias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e consequentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial. (Quijano, 2005, p. 118).

A dinâmica desse processo ganhou autonomia e permanece gerindo as relações de poder mundial. Sua força está no apagamento das identidades dos povos conquistados e no entrelugar, físico e simbólico, deixado de herança. Assim, condene-se as populações subjugadas a tentarem se integrar a um padrão colonial, a fim de estabelecerem minimamente uma relação de pertencimento.

2.2 “ASSUJEITAMENTO” CULTURAL

O mito da modernidade produzido pelo eurocentrismo conferiu ao Ocidente o poder de estabelecer-se como modelo de existência e das relações sociais de âmbito público e privado. Segundo Quijano (2005), foram elaboradas instituições garantidoras do controle objetivo e subjetivo dessas relações:

Assim, no controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, está a empresa capitalista; no controle do sexo, de seus recursos e produtos, a família burguesa; no controle da autoridade, seus recursos e produtos, o Estado-nação; no controle da intersubjetividade, o eurocentrismo. [...] cada uma dessas instituições existe em relações de interdependência com cada uma das outras. Por isso o padrão de poder está configurado como um sistema. [...], finalmente, este padrão de poder mundial é o primeiro que cobre a totalidade da população do planeta. (Quijano, 2005, p.123).

Portanto, as formas como nos relacionamos com o trabalho; constituímos as nossas famílias; circulamos e interagimos nos espaços públicos; estabelecemos relações de afeto; e objetivamos nossas experiências culturais estão atravessadas pelo eurocentrismo.

Esse resultado da história do poder colonial teve duas implicações decisivas. A primeira é óbvia: todos aqueles povos foram despojados de suas próprias e singulares identidades históricas. A segunda é, talvez, menos óbvia, mas não é menos decisiva: sua nova identidade racial, colonial e negativa, implicava o despojo de seu lugar na história da produção cultural da humanidade. Daí em diante não seriam nada mais que raças inferiores, capazes somente de produzir culturas inferiores. Implicava também sua relocalização no novo tempo histórico constituído com a América primeiro e com a Europa depois: desse momento em diante passaram a ser o passado. Em outras palavras, o padrão de poder baseado na colonialidade implicava também um padrão cognitivo, uma nova perspectiva de conhecimento dentro da qual o não-europeu era o passado e desse modo inferior, sempre primitivo. (Quijano, 2005, p. 127).

Todavia, há dois fatores caracterizadores desse poder, entre outros elencados por Quijano (2000), que destacamos por entendermos a relevância de descrever esses processos de maneira dinâmica e não estática: a) “dada essa configuração de poder, o conflito fez-se inerente e manifestou-se como um traço necessário e permanente” (Quijano, 2000, p. 141), logo, o apagamento da identidade cultural dos povos vencidos não foi total e homogêneo; e b) as identidades culturais e, consequentemente, suas formas de manifestação foram recriadas e misturaram-se na estrutura como subversão cultural. Portanto, a resistência e a “reoriginalización”¹ (Quijano, 2000) das experiências vividas a partir do conflito são também constituintes desse processo.

2.3 COLONIALIDADE DO SER E DO DIZER

A linguagem é um dispositivo bio-sociocultural responsável pela humanização da nossa espécie, conferindo subjetividade, ou seja, constituindo a realidade interior do indivíduo, criando a possibilidade da existência de um “eu” e do compartilhamento de sentidos com o “outro”. Por meio dela, o ser humano representa o mundo físico e simbólico em que está inserido, produz e transmite conhecimento. Segundo Fanon (2008, p.33), “[...] falar é existir absolutamente para o outro.”

No entanto, o processo de dominação destituiu os não-europeus da possibilidade de manifestarem-se de forma original nas relações intersubjetivas e materiais, isto é, por meio de suas identidades e cultura.

¹ Quijano (1999 [2000]), ao analisar os modos de conhecer e produzir conhecimento na América Latina, afirma que a *reoriginalización* é um movimento constante dos sujeitos subalternizados de criar uma identidade cultural original. No entanto, essa tentativa está sempre sob ataque do poder dominante. O autor (1999 [2000]) exemplifica o conceito por meio do “cholo”, fenômeno específico no processo cultural do Perú. A *reoriginalización* pode ser compreendida como: “[...] re-estructuración de elementos culturales no simplemente como ‘aculturación’ o ‘transculturación’ o ‘mestizaje o hibridación’, es decir como algo de todos modos dependiente de otro patrón de estructuración, sino como un proceso que se va constituyendo con elementos nuevos e innovando los previamente adquiridos, cualquiera que fuera su procedencia, y con nuevos patrones de articulación, de desarrollo y de cambio. Era, ante todo, una alternativa de descolonización del imaginario, de las prácticas, valores e instituciones de las relaciones culturales entre los pobladores del país. En tal sentido, era una genuina propuesta de reconstitución de identidade para la amplia mayoría de la población peruana” (Quijano, 1999 [2000], p. 144-145).

[...] si la colonialidad del poder se refiere a la interrelación entre formas modernas de explotación y dominación, y la colonialidad del saber tiene que ver con el rol de la epistemología y las tareas generales de la producción del conocimiento en la reproducción de regímenes de pensamiento coloniales, la colonialidad del ser se refiere, entonces, a la experiencia vivida de la colonización y su impacto en el lenguaje. (Maldonado-Torres, 2007, p.130).

Os colonizadores, conforme observa Quijano (1999 [2000], 2005), expropriaram as populações colonizadas dos seus bens culturais, reprimiram, em diferentes medidas, suas formas de produção de conhecimento, e, de igual maneira, impuseram-lhe sua cultura. Por meio de suas instituições e pautados na racialização, os europeus se instituíram como naturalmente superiores e marcaram os demais povos como inferiores. Consequentemente, o conhecimento produzido pelos povos subalternizados foi classificado como primitivo, mágico/mítico, irracional e tradicional. Sendo, portanto, o modelo europeu, civilizado, científico, racional e moderno, um ideal a ser alcançado.

El privilegio del conocimiento en la modernidad y la negación de facultades cognitivas en los sujetos racializados ofrecen la base para la negación ontológica. En el contexto de un paradigma que privilegia el conocimiento, la descalificación epistémica se convierte en un instrumento privilegiado de la negación ontológica o de la sub-alterización. “Otros no piensan, luego no son”. No pensar se convierte en señal de no ser en la modernidad. Las raíces de esto, bien se pueden encontrar en las concepciones europeas sobre la escritura no alfabetizada de indígenas en las Américas. Pero pudiera decirse que tales concepciones ya estaban de antemano nutridas por la sospecha sobre la no humanidad de los sujetos en cuestión. (Maldonado-Torres, 2007, p.144-145).

Segundo Maldonado-Torres (2007), não reconhecer a capacidade de pensar do *ego conquistado* é um dos fatores de desumanização da modernidade. Contudo, antecede à negação do *ego cogito* (eu penso), o *ego conquiero*, a suspeita permanente sobre a humanidade do não-europeu. A ausência de racionalidade está vinculada na modernidade com a ideia de uma ausência de “ser” em sujeitos racializados.

Não reconhecer a humanidade do outro é negar as diferentes formas de manifestações de sua existência, entre elas a linguística. O paradigma ocidental – universal, hegemônico e racionalista - mencionado anteriormente, impôs-se por meio de suas diferentes instituições sociais, uma delas é a língua. As línguas europeias tornaram-se, com o tempo, as únicas formas de expressão e de produção do conhecimento, nos diferentes Estados-nações que mantiveram a dependência histórico-estrutural.

Así, desde los centros coloniales se canoniza y se valida el conocimiento legítimo y las lenguas que sirven para expresarlo. [Pero] Dada la diferencia colonial y la colonialidad del poder, el conocimiento generado en las periferias coloniales no tiene carácter de conocimiento. De igual manera, las lenguas habladas en dichas periferias no tienen valía expressiva del conocimiento objetivo. La diferencia colonial ha constituido al otro como un diferente no válido. (Garcés, 2007, p. 224).

Portanto,

Estamos, pues, frente a una colonialidad lingüística que muestra una doble cara: por un lado, la modernidad subalternizó determinadas lenguas en favor de otras, pero, por otro lado, además, colonizó la palabra de los hablantes de dichas lenguas. Es decir, no sólo se subalternizaron determinadas lenguas, sino también la propia palabra y el decir de los hablantes colonizados. La palabra de un quechua-parlante, por ejemplo, aunque se exprese en castella, siempre será menos valorada que la palabra de un hispano-hablante, sobre todo si es urbano, blanco, mestizo, varón, titulado, etc.; es decir, la valoración de la palabra sigue dependiendo de la trilogía colonial señalada por Quijano: clase, raza, género. (Garcés, 2007, p. 227).

De acordo com Quijano (2000), a colonização cultural produziu consequências tanto para os vencidos quanto para os vencedores. Os primeiros, a princípio, foram levados a admitir ou a simular admitir a visão do colonizador sobre si. Porém, em seguida, aprenderam a dar significado e sentido novos aos símbolos europeus, os transformaram, subvertendo-os e apropriando-se deles, pois, de acordo com o autor (2000) não era possível praticar os padrões impostos sem os subverter, nem se apropriar, sem os reo-

riginalizar. Aos últimos, herdeiros e/ou continuadores dos colonizadores, restaram dois caminhos: 1º) repetir de forma servil e imitativa os modelos europeus, sem viver a experiência sociocultural europeia – por consequência, a mediocridade; ou 2º) imitar os dominados, para viver sua própria experiência e desenvolver suas potencialidades, como não-europeus, ou melhor, identificarem-se com sujeitos subalternos, pois apenas eles podem encontrar a fonte e as perspectivas de algo distinto, original e próprio. No entanto, Quijano (2000) ressalva que o segundo caminho não é possível, a não ser que seja feito pelas novas gerações, advindas de europeus, negros e indígenas, formadas social e culturalmente conforme se amplia o espaço conquistado por meio da luta contra a colonialidade do poder.

A compreensão, a partir da perspectiva da decolonialidade, dos elementos que operam na organização das relações sociais, que interferem na constituição das subjetividades e na produção dos bens materiais e culturais, nos permite reconhecer a manifestação dos discursos que perpetuam a colonialidade do poder em diferentes instituições que constituem o Estado, entre elas a escola. Portanto, na próxima seção, tendo por base os conceitos de decolonialidade, colonialidade do poder, colonialidade do ser e do dizer, pretendemos analisar o debate sobre preconceito linguístico instituído pelo livro *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz*, de Marcos Bagno (2007). Desejamos apontar os paralelos entre a denúncia feita pelo autor, na estigmatização das variedades menos prestigiadas da Língua Portuguesa Brasileira, e o discurso² decolonial, subjacente às propostas de práticas que introduzem a discussão sobre a natureza heterogênea das línguas e sobre o respeito às variedades linguísticas.

3 PRECONCEITO LINGUÍSTICO: O QUE É, COMO SE FAZ: UM MANIFESTO DECOLONIAL

O livro *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz*, obra consagrada de Marcos Bagno, publicado em 1999, desembotou a discussão sobre uma forma de preconceito reconhecida pelos sociolinguistas e invisível no panorama social, o linguístico. O livro trouxe para a pauta acadêmica e para além dos muros da universidade o debate sobre a essência da língua: a heterogeneidade, a variação. Bagno elenca uma série de crenças geradas por uma visão uniforme e fossilizada da língua, criadas e defendidas por pseudoespecialistas que são apoiados por setores conservadores da sociedade. Denuncia as idiossincrasias das regras inventadas, desvinculadas da realidade das manifestações linguísticas e até mesmo da compreensão de norma-culta prescrita por gramáticos consagrados. Expõe as consequências da interferência desse tipo de visão no ensino de língua portuguesa, mostra a importância da linguística na compreensão dos fenômenos da linguagem e convoca os professores para uma mudança de atitude e de paradigma frente ao ensino de língua materna.

Bagno admite que o livro é um manifesto político (Preconceito..., 2019). Gênero textual, segundo Bortulucce (2015), que tem, entre outras características: a persuasão e a advertência; podendo propor reorientação e expandir os seus conteúdos para além do que parece ser seu objetivo primeiro. A exemplo das denúncias feitas por Bagno (2007) à estrutura social brasileira, que está diretamente relacionada à produção do discurso que acarreta o preconceito linguístico.

Bortulucce (2015) destaca que, quanto mais um manifesto circula entre as pessoas, maior será sua repercussão. Mais de 20 anos após a sua primeira publicação e na sua quinquagésima sexta edição, o livro continua ressoando nas discussões sobre a língua e seu ensino.

Se um manifesto [...] torna-se um ponto de referência, é porque ele desconstrói e reestrutura um campo ideológico: ele traz à luz, por meio do sistema que denuncia, as contradições lógicas, as distorções entre os dados da experiência e o significado que lhe damos; ele modifica a perspectiva, baseia-se em outros axiomas e novos valores, e restitui à experiência uma coerência. (Abastado, 1980 *apud* Bortulucce, 2015, p.17).

O excerto de Abastado (1980, *apud* Bortulucce, 2015) sintetiza as características e o papel dessa obra de Bagno (2007) para as reflexões sobre o ensino de língua portuguesa. Características que se assemelham às da decolonialidade e, por isso, acrescentamos

² Discurso é, segundo Foucault (1996, p.8), “[...] em sua realidade material, [...] a coisa pronunciada ou escrita”. Ou ainda, segundo Possenti (2014), “[...] é o enunciado ou texto produzido em uma situação de enunciação e determinado pelas condições históricas e sociais”

ao termo manifesto, atribuído pelo autor (Preconceito..., 2019) à sua obra, o adjetivo decolonial, uma vez que desconstrói uma concepção de língua, de norma, dessacraliza hierarquias e autoridades (Quijano, 2005) e lança luz sobre o conhecimento linguístico de diferentes atores sociais. Acreditamos que, dessa forma, fica explícito com que paradigma está sendo feita a ruptura, uma vez que esse gênero textual já traz em si esse caráter de cisão.

Reiteramos, nosso objetivo de identificar no texto de Bagno (2007) pontos em comum com o discurso decolonial. Para isso, vamos visitar cada uma das partes que compõe o livro apresentando as nossas considerações. A edição de 2007 está dividida em quatro capítulos, que se subdividem em seções, mais o prefácio, um anexo e as referências bibliográfica.

O autor (2007), no prefácio, denominado *Primeiras Palavras*, anuncia a postura política e engajada que assume na obra. Encontramos aqui a primeira intersecção entre o texto e a perspectiva dos pesquisadores da decolonialidade, uma vez que estamos diante de uma produção intelectual que pretende provocar uma intervenção social. Bagno (2007) denuncia a confusão feita entre língua e gramática normativa, expondo, de antemão, por meio de uma metáfora, que a primeira é um rio em movimento, enquanto a segunda, um igapó, poço de água estagnada.

No primeiro capítulo, *Mitologia do Preconceito Linguístico*, Bagno (2007) apresenta 8 mitos que refletem a visão que os falantes têm de si e sobre o uso da língua. Desvela o padrão por trás das ideias preconcebidas. Baseadas em uma normatividade abstrata e anacrônica, elas são alimentadas tanto pelos falantes, em função do desconhecimento, quanto por quem as cria e as defende, uma vez que essa defesa garante a manutenção da superioridade destes diante daqueles. Isso se evidencia no mito 2: “Brasileiro não sabe português/Só em Portugal se fala bem português” (Bagno, 2007, p.20).

Os herdeiros do projeto colonial, além de defenderem a superioridade das variedades de prestígio sobre as demais, pautam-se na norma europeia, tentam repetir de forma servil e imitativa os modelos europeus, sem viver a experiência sociocultural europeia, o que nos remete a Quijano (2000).

No que diz respeito ao ensino do português no Brasil, o grande problema é que esse ensino até hoje, depois de mais de cento e setenta anos de independência política, continua com os olhos voltados para a norma linguística de Portugal. As regras gramaticais consideradas “certas” são aquelas usadas por lá, que servem para a língua falada lá, que retratam bem o funcionamento da língua que os portugueses falam. (Bagno, 2007, p. 26).

A aprendizagem das variedades de prestígio torna-se um fetiche que mantém sobre controle a colonialidade do dizer, uma vez que cria a ilusão de que quem domina a norma dessas variedades tem a chancela do dizer, ou seja, de produzir conhecimento socialmente reconhecido. Entretanto, no mito 8, Bagno (2007) esclarece que a “ascensão” dos que estão à margem na sociedade passa antes por uma mudança na estrutura social, que permita a diminuição das desigualdades, do que pelo domínio da norma-culta³. Logo, a fala de um brasileiro oriundo das camadas desprestigiadas da população, ainda que respeite as normas das variedades de prestígio, terá sempre menor valor do que a de um europeu ou dos herdeiros da colonialidade, da mesma forma que ocorre com um quíchua falante de castelhano. Desse modo, o prestígio está na identidade social de quem fala.

No segundo capítulo, *O círculo vicioso do preconceito linguístico*, o autor (2007) demonstra como se constrói o discurso (expressão de saber, mas também exercício de poder) que dá origem ao preconceito linguístico e quem são as autoridades portadoras do saber inatingível da norma-culta. No que diz respeito ao discurso, o autor (2007) argumenta que surge de uma retroalimentação: a gramática tradicional inspira o ensino de língua, que por sua vez orienta a produção dos livros didáticos e, por fim, seus autores utilizam a gramática tradicional como norteadora.

³ É importante observar que, em função da ambiguidade, Bagno (2015) deixou de usar, desde a publicação do livro *A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira*, o termo norma-culta, porque ora é utilizado como sinônimo de norma prescrita pelas gramáticas normativas, ora, como sinônimo de variedade falada por brasileiros urbanos, letrados e de status socioeconômico elevado. Em função disso, o autor (2015) propõe a seguinte tripartição: norma-padrão, modalidade idealizada; variedades prestigiadas, faladas por grupos socioculturais de maior poder aquisitivo; e variedades estigmatizadas, faladas pelos grupos com menor prestígio sociocultural, independentemente da territorialização.

Cabe salientar que a norma prescrita pela gramática tradicional é artificialmente postulada (Faraco; Zilles, 2017) e tem servido muitas vezes para condenar as “normas normais”⁴. Acerca das autoridades, resumimos as considerações de Bagno (2007) da seguinte forma: são pseudoespecialistas que, desprovidos de conhecimentos filológicos e linguísticos sobre a estrutura e o funcionamento da língua, criam, de acordo com o seu juízo, normas prescritivas e proscritivas que passam a servir como orientações para qualquer contexto de uso da língua.

Valendo-se da baixa autoestima do brasileiro, que acredita não saber falar português, eles contam com o reconhecimento social e, por isso, usufruem de espaço nos veículos de comunicação. Fazem suas ideias circularem por meio de *comandos paragramaticais*. Termo cunhado por Bagno (2007) para se referir à veiculação da norma-culta, da forma que é entendida por essas autoridades, por meio dos diferentes instrumentos de multimídia. Além de assumirem uma postura de superioridade, imputa aos demais falantes as “distorções” ocorridas na língua, gerando uma série de preconceitos.

Logo, “Todo povo colonizado – isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural – toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana” (Fanon, 2008, p.34).

Maldonado-Torres (2007) ressalta que o controle da subjetividade dos sujeitos racializados passa pela distinção dos seres humanos entre superiores e inferiores, consequentemente, pela negação da faculdade cognitiva e pela negação ontológica destes, ou seja, pela negação da capacidade de pensar e da humanidade dos sujeitos coloniais. Se pensa, não pensa adequadamente. Portanto, retomando o autor (2007), não somente as línguas foram subalternizadas, mas também a palavra e dizer dos falantes colonizados.

No terceiro capítulo, *A desconstrução do preconceito linguístico*, Bagno (2007) propõe uma reflexão visando contribuir com o rompimento do círculo gerador do preconceito linguístico, descrito no segundo capítulo. Observa, inicialmente, a necessidade de reconhecer a crise no ensino de língua materna e destaca que, para muitos, a norma-culta deve ser objeto de ensino/aprendizagem de língua, o que o autor (2007) não refuta. Bagno (2007) ressalta que, a norma-culta real é um bem social, assim como outros, a que parcela significativa da população não tem acesso e aponta três problemas básicos para essa falha: o alto índice de analfabetismo; redução, no cotidiano dos alfabetizados, das habilidades linguísticas à escuta e à fala; e a distância entre a norma-culta real e a ideal.

Em seguida, conclama a uma ação, convoca os professores a uma mudança de comportamento, evocando a criticidade, qualidade inerente ao processo de ensino/aprendizagem. Pede a adoção de uma postura reflexiva sobre o objeto de trabalho: a norma culta; a observação das contradições entre os dados da língua em uso e a norma prescrita; a busca de explicações para fenômenos que suscitem dúvidas; a atualização contínua sobre as pesquisas na área de língua portuguesa; e o exercício de produção de conhecimento sobre a gramática. Convida os educadores a reverem o objetivo do ensino de língua materna, muitas vezes voltado para a metalinguagem, reorientando-o para a competência comunicativa dos alunos.

Ao fazer esse apelo, o autor (2007) considera as dificuldades concretas presentes na macro e na microestrutura sociais que atravessam a educação no Brasil. Por isso, chama os educadores para um movimento de ruptura ou, quando não for possível, a abrir brechas para o surgimento de um *ensino de língua não (ou menos) preconceituoso* (Bagno, 2007, p.142). Parafraseando Abastado (1980 *apud* Bortulucce, 2015), podemos dizer que Bagno faz uma convocação para desfazer as distorções entre os dados da experiência e o significado que lhe damos, a partir de outros axiomas e novos valores, e a restituir à experiência uma coerência. Ou seja, uma decolonização do ensino de língua materna, uma *reoriginalización* do ensino de língua portuguesa.

Finalmente, no quarto capítulo, Bagno (2007) traz uma questão de significativa relevância: por que os conhecimentos produzidos pela linguística, alçada a categoria de ciência no final do século XIX, ainda encontram tamanha resistência na aplicação do ensino

⁴ “Norma normal” é o termo utilizado por Faraco e Zilles (2017) em referência ao conjunto de traços linguísticos característicos de determinada comunidade, ou seja, o modo de dizer de um grupo social. Esse conceito está em contraposição ao de “norma normativa”, regras que visam controlar o comportamento linguístico dos falantes em determinados contextos.

de língua materna, perdendo espaço para a Gramática Tradicional estabelecida há mais de 2300 anos? Levando em conta que a escolha pela Gramática Tradicional tem um caráter ideológico, o autor responde imediatamente:

A Gramática Tradicional permanece viva e forte porque, ao longo da história, ela deixou de ser apenas uma tentativa de explicação filosófica para os fenômenos da linguagem humana e foi transformada em mais um dos muitos elementos de dominação de uma parcela da sociedade sobre as demais. (Bagno, 2007, p. 149).

Portanto, a língua – uma manifestação social humana – também está sob um mecanismo de controle, nesse caso a Gramática Tradicional. Da mesma forma que o trabalho, a família, a intersubjetividade estão sobre o controle de uma instituição que assegure o padrão de poder.

Não podemos deixar de observar com interesse a situação peculiar, conforme descrita por Bagno (2007), da linguística entre as demais ciências. O autor descreve essa área de conhecimento de maneira homogênea, como se todas as correntes teóricas apresentassem igual interesse pelo caráter social da linguagem:

A lingüística [sic] moderna, ao encarar a língua como um objeto passível de ser analisado e interpretado segundo métodos e critérios científicos, devolveu a língua ao seu lugar de fato social, abalando as noções antigas que apresentavam a língua como um valor ideológico. Assim, a lingüística, como toda ciência, é o lugar das surpresas, das descobertas, do novo, da substituição de paradigmas, da reformulação crítica das teorias. (Bagno, 2007, p. 149).

Contudo, essa ciência moderna surge seguindo o padrão racionalista Ocidental⁵: dual, separando língua e fala. O Estruturalismo saussuriano, considerado o marco de origem da linguística moderna, opta pela abordagem imanentista, ou seja, o estudo de língua volta-se para sua estrutura desconsiderando fatores extralingüísticos, embora Saussure reconhecesse a função social da linguagem. Resultado, a língua passa a ser compreendida como um sistema abstrato, invariante e universal. Essa separação marca a história da linguística. Durante o século XX, algumas correntes teóricas refizeram esse casamento, mas a forma como a língua é analisada depende da perspectiva assumida. É o caso da Sociolinguística, corrente teórica, à qual Bagno se afilia, em que a língua é observada a partir do contexto sócio-histórico. É importante salientar que essas escolhas também possuem um caráter ideológico⁶.

Voltando a reflexão do porquê da interdição⁷ do discurso sobre variação no ensino e da dificuldade de assumi-lo como verdadeiro⁸. Em princípio parece contraditório, uma vez que o tema assume a forma de discurso científico e está centrado nas instituições

⁵ Destacamos que, de acordo com Câmara Jr. (2011, p.65), “[...] os conhecimentos linguísticos na primeira parte do século XIX encontraram sua expressão mais completa nos trabalhos do mestre alemão Augusto Schleicher.” Influenciado pelo positivismo, “[...] como todos os linguistas anteriores a ele, tinha a ambição de elevar o estudo da linguagem ao *status* de ciência rigorosa com rigorosas leis de desenvolvimento. [...] De acordo com Schleicher, cada língua é o produto da ação de um complexo de substâncias naturais no cérebro e no aparelho fonador. Estudar uma língua é, portanto, uma abordagem indireta a este complexo de matérias. Desta maneira, foi ele levado a adiantar que a diversidade das línguas depende da diversidade dos cérebros e órgãos fonadores dos homens, de acordo com as suas raças. E associou a língua à raça de maneira indissolúvel. Advogou que a língua é o critério mais adequado para se proceder à classificação racial da humanidade.” (Câmara Jr., 2011, p.65-66).

⁶ Ressaltamos três aspectos: a) O termo ideologia (Abbagnano, 2007) é utilizado com o seguinte sentido - conjunto de crenças (compromisso de conduta) utilizadas para controlar o comportamento coletivo; b) A defesa da neutralidade científica também é uma postura ideológica, uma vez que “não há saber neutro. Todo saber é político. [...] saber e poder se implicam mutuamente: não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, e, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder” (Machado, 2019, p.28); e c) No sistema-mundo Ocidental, o racionalismo científico pode assumir uma postura normativista, dogmática, a ponto de discriminar áreas de conhecimento em que o objeto de pesquisa não permita uma análise a partir dos padrões das ciências naturais e exatas, tais como a linguística, a psicanálise, entre outras, classificando-as como pseudociências.

⁷ Foucault (1996, p. 8-9) apresenta a seguinte hipótese de trabalho: “[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é a *interdição*. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: *temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar.*” (grifo nosso).

⁸ Verdade, de acordo com Foucault (2019), é compreendida como conjunto de procedimentos institucionalizados. “[...] entendendo-se, mais uma vez, que por verdade não quero dizer ‘o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar’, mas o ‘conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder’; entendendo-se também que não se trata de um combate ‘em favor’ da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha.” (Foucault, 2019, p. 53).

que o produz; além de ser objeto de debate político e de confronto social, características apontadas por Foucault (2019) para que um discurso seja aceito como verdadeiro. Talvez a perspectiva de horizontalização da diversidade que subjaz ao modelo teórico da sociolinguística, numa sociedade fortemente hierarquizada, vai de encontro aos interesses dos poderes político e econômico aos quais o discurso científico deve estar submetido e que são os responsáveis pelo seu financiamento, por sua circulação e divulgação. Por isso, a variação linguística acaba não sendo abarcada pelo Regime de Verdade (Foucault, 1996, 2019). Já a interdição releva uma tensão, uma relação de forças entre saberes que estão em disputa. A variação linguística é um assunto inconveniente. Logo, o tabu do objeto exerce sobre ela grande força coercitiva.

O que está em discussão, como propõe Foucault (2019), não é o status de ciência conferido ou não a esse discurso, mas os efeitos de poder que lhe são tirados a partir do momento em que os sujeitos institucionalmente autorizados desqualificam esse discurso. O que está em jogo é a luta, o combate contra os discursos hegêmônicos que reconhecem uma única forma de saber e apaga a [...] [possibilidade] do outro. Portanto, o que se deseja é exercer o poder. (Silva; Silva, 2022, p. 292)

O livro traz, no anexo, uma carta do autor (2007) dirigida ao editor da *Revista Veja* em resposta à matéria de capa da edição 1725, de novembro de 2001: *Falar e escrever bem, eis a questão*. A carta é uma síntese do livro: questiona o espaço que os pseudoespecialistas têm nos meios de comunicação para reverberar o discurso não balizado sobre língua, propalando uma série de preconceitos. Ao longo do texto, são apresentados exemplos literários do uso da norma-culta que contradizem o prescritivismo e argumentos de linguistas que descontróem a artificialidade das normas defendidas por essas autoridades.

Finaliza, requerendo um espaço igual na revista, para os verdadeiros especialistas, a fim de expor conhecimentos linguísticos e pedagógicos fundamentados cientificamente.

O posicionamento de Bagno (2007) não está pautado apenas em distinguir as possíveis abordagens de análise sobre a língua, mas, sobretudo, em expor o comprometimento político de diferentes segmentos sociais, na adesão a cada uma das perspectivas epistemológicas. Ao assinalar o prescritivismo dos normativistas, revela o pensamento eurocêntrico que sustenta a defesa da norma irreal (norma-culta) por setores da sociedade. Um modelo que se pretende universal e hegêmônico, desvinculado da experiência cotidiana, que confere aos seus representantes poder para legislar sobre a língua, punir e manter calados os falantes, principalmente, os que foram subalternizados no processo de colonização.

4 CONCLUSÃO

Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016) ressaltam a diferença entre o lugar epistêmico, aquele da produção do conhecimento, e o lugar social, aquele dos embates e da disputa política. Os autores (2016) destacam que o comprometimento político de um intelectual a favor dos oprimidos não significa necessariamente o seu comprometimento epistêmico com os saberes dos subalternizados. Por isso, é necessário, para se levar em conta esses saberes, o compromisso ético-político dos intelectuais em elaborar um conhecimento contra-hegemonic.

Bagno (2007), por meio do seu texto, se coloca junta àqueles que refletem, se posicionam diante da realidade e se pronunciam sobre o fenômeno sociocultural (Garcés, 2007). Segundo Foucault (2019, p. 54), o “[...] intelectual específico” munido da tríplice especificidade: a especificidade de sua posição de classe; a especificidade de suas condições de vida e de trabalho, ligadas à sua condição de intelectual; e a especificidade da política de verdade, luta por “desvincular o poder da verdade das formas de hegemonia [...] no interior das quais ela funciona no momento”.

Contudo, compreendemos, a partir das análises de Quijano (2000), que o combate ao preconceito linguístico só é possível a partir da criação de uma identidade forjada pelas novas gerações advindas de europeus, negros e indígenas - formadas social e cultural-

mente conforme se amplia o espaço conquistado por meio da luta contra a colonialidade do poder e por meio da decolonização do imaginário, das práticas sociais e das instâncias de estabelecimento de relações sociais desses diferentes atores.

Não se trata de uma cruzada contra o ensino da norma-culta⁹, muito pelo contrário, trata-se da defesa da utilização de critérios baseados no uso real e contemporâneo do Português Brasileiro para fundamentar, se possível, as normas vigentes desta variedade. Ensina-la como um bem social do qual o falante pode lançar mão de acordo com a necessidade comunicativa é uma conquista. No entanto, é preciso apresentá-la como mais uma variedade entre as demais, ou seja, é necessária a instituição de um projeto crítico capaz de lidar com a diversidade linguística, de reconhecer as contribuições culturais dos diferentes grupos sociais e de favorecer a invenção da identidade dos sujeitos coloniais.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. 5. ed. rev. aum. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- AGUIAR, M. S.; SANTOS, L. W. dos. Ensino de língua portuguesa nas duas primeiras décadas do século XXI. *Policromias*. ano IV, p. 360-394, dez. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/31216/17865>. Acesso em: 4 ago. 2023.
- BAGNO, M. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 49. ed. São Paulo: Loyola, 2007.
- BAGNO, M. *Preconceito linguístico*. 56. ed. rev. e aum. São Paulo: Parábola, 2015.
- BORTULUCCE, V. B. O manifesto como poética da modernidade. *Literatura e Sociedade*, v. 20, n. 21, p. 5-17, 2015.
- BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais*: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. *Base Nacional Curricular Comum*: Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 2017.
- CÂMARA Jr., J. M. *História da Linguística*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- COSTA-BERNARDINO, J.; GROSFOGUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31, n. 1, p. 15-24, jan/abr. 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/issue/view/467/5>. Acesso em: 3 jul. 2023.
- FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FARACO, C. A.; ZILLES, A. M. *Para conhecer norma linguística*. São Paulo: Contexto, 2017.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
- GARCÉS, F. Las políticas del conocimiento y la colonialidad lingüística y epistémica. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFOGUEL, R. (org.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidade epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007, p. 217-242. Disponível em: <http://observatorioedhemfoc.hospedagemdesites.ws/observatorio/wpcontent/uploads/2020/09/El-giro-decolonial-1.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2023.

⁹ Como observado anteriormente, esse é o termo utilizado pelo autor na primeira edição.

MACHADO, R. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019. p. 7-34.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de um concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFOGUEL, R. (org.). *El giro deconial: reflexiones para una diversidade epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007, p. 127-167. Disponível em: <http://observatorioedhemfoc.hospedagemdesites.ws/observatorio/wpcontent/uploads/2020/09/El-giro-decolonial-1.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2023.

POSSENTI, S. Discurso. In: FRADE, I. C. A. da S. et al. *Glossário Ceale: termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores*. Belo Horizonte: FaE, 2014. Disponível em: <https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/discurso>. Acesso em: 21 ago. 2023.

PRECONCEITO Linguístico – 20 anos depois. M. Bagno e M. Marcionilo. [S. l: s. n.]. 2019. 1 vídeo (57 min 44 s). Publicado pelo canal Parábola Editorial. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=UN_nPdQfm8&list=PLRoie3Noo7k6XMhSznH-gIiWnZ7UmIaC&index=22. Acesso em: 8 mar. 2023.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. *Dispositio*, Ann Arbor, v. 24, n. 51, p. 137-148, 1999 [2000]. <https://www.jstor.org/stable/41491587>. Acesso: 3 jul. 2023.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americana*. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 117-142. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 3 jul. 2023.

REVEL, J. *Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz, 2005.

SANTOS, V. M. dos. Notas desobedientes: decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. *Revista Psicologia e Sociedade*, v. 30, n. e200112, p.1-11, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/FZ3rGJJ7FX6mVyMHkD3PsnK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 jul. 2023.

SILVA, N. H. da; SILVA, A. R. da. Lei 10639/03 e a Insurreição dos Saberes. *Revista Debates Insubmissos*, v. 5, n. 16, p. 283–301, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/debatesinsubmissos/article/view/250719>. Acesso em: 7 nov. 2024.

ZILLES, A. M; FARACO, C. A. (org.). *Pedagogia da Variação Linguística: língua diversidade e ensino*. São Paulo: Parábola, 2015.



Recebido em 26/11/2023. Aceito em 31/10/2024.